

Os inimigos na Península Ibérica dos séculos XII e XIII: fontes e historiografia

Augusto João Moretti Junior (PPH-LEAM/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI-PPH-LEAM/UEM)

A proposta de trabalhar os inimigos na Península Ibérica nos séculos XII e XIII surgiu no anseio de compreender as relações estabelecidas entre muçulmanos e cristãos presentes nas Crônicas Hispânicas. Desta forma, no presente trabalho analisamos na *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*, a forma de tratamento dispensada pelos cristãos aos seus inimigos em território hispânico.

Propomo-nos a apontar os acontecimentos que o autor da crônica – um bispo cristão – procurou relatar, tais como: a liberação de inimigos, a formação de grandes contingentes de prisioneiros, e, às vezes, a aniquilação dos mesmos.

O entendimento e análise dos fatos narrados pelo autor da *Crónica latina* exige uma primeira reflexão sobre o contexto peninsular dos séculos XII e XIII, a Reconquista Ibérica.

Península Ibérica e a Reconquista

O contexto histórico da Reconquista, como já foi dito, é amplo e complexo, sendo assim, o que nos propomos nesse primeiro momento é esboçar um panorama geral e breve desse movimento, apontando seus principais elementos e características. Para isso, utilizamos a obra de Derek Lomax: *La Reconquista* (1984).

Nos primeiros anos do século VIII, a Península Ibérica, que até essa data era dominada pelos visigodos, foi conquistada pelos muçulmanos vindos do norte da África. Nesse território os seguidores de Maomé, organizaram um reino rico e poderoso, entretanto, esse reino abarcava diversas divisões e um enorme número de cristãos que estavam dispostos a se rebelar a qualquer momento.

Quando os muçulmanos conquistaram toda a Península ibérica, em sua grande parte não o fizeram pelo derramamento de sangue, mas sim, utilizando-se do expediente do pacto. Esse sistema era regulado pela religião muçulmana, na

qual, se dava a oportunidade ao derrotado de manter seu regime político e religioso caso reconhecessem a superioridade do islã com o pagamento de tributos aos califas.

Maria Pérez de Tudela Velasco (2007), explica que essa parecia ser uma proposta tentadora, porém, ela ressalta que ao aceitarem esses pactos, os cristãos não tinham noção de que tais acordos fixados não podiam ser desfeitos, não sabiam que para os muçulmanos as terras conquistadas adquiriam um caráter sagrado, sendo essas terras “dadas por Alá aos seus combatentes”, fazendo com que esses homens realizassem qualquer sacrifício para manter essas fronteiras. Dessa forma, as gerações futuras foram percebendo que os pactos eram irreversíveis, e que, a permanência no meio cultural árabe, criava na realidade uma situação de marginalidade. Diante disso, só lhes restavam três atitudes: a aceitação como um grupo marginal, aceitar a fé muçulmana ou buscar refúgio no exílio.

A quebra de tal pacto era um motivo para a aniquilação total do inimigo, ou seja, da mesma forma que islã possibilitava a assinatura de um acordo, ele também punia com a morte aqueles que o quebrassem. Diante desses elementos, facilitamos a compreensão das atitudes cristãs na *Hispania*, devido ao fato de que não conseguiriam mudar a situação estabelecida em 713, a não ser pelo uso da força. Assim, podemos entender melhor o caráter bélico que marcou o convívio entre muçulmanos e cristãos durante o desenrolar de oito séculos. Período esse marcado pela guerra declarada e a violência latente. (TUDELA VELASCO, 2007, p. 8-11).

De acordo com Derek Lomax, a primeira dinastia muçulmana a comandar a Península foi a Omeya, que enfrentou os primeiros levantamentos cristãos ao norte, localizados principalmente na região de Astúrias. Alfonso II, o mais notável Rei das Astúrias, buscou estruturar seu reino imitando as tradições dos visigodos anteriores. Alfonso II foi o primeiro a insinuar um direito hereditário às autoridades dos reis visigodos na *Hispania*, e a intenção e dever de acabar com a presença muçulmana naquelas terras. É possível que seja essa a primeira vez que se concebeu a política e ideia de Reconquista. A ideia de hereditariedade desse dever passou à monarquia leonesa nos anos seguintes (LOMAX, 1984, pp.39-43)

Os reinos ao norte se fortaleceram e novos reinos cristãos foram surgindo como os de Castela e Leão. O fortalecimento cristão e uma guerra civil intensa entre os muçulmanos provocaram o declínio dos Omeyas na Península Ibérica. Como resultado, o califado Omeya se fragmentou e deu origem às taifas, pequenos reinos muçulmanos independentes, como Granada, Sevilha, Valência, Zaragoza, Córdoba, Toledo entre outros. Juntos os muçulmanos eram capazes de fazer frente e vencer aos cristãos, mas nas taifas, a situação se complicou, facilitando aos cristãos um aumento territorial e a imposição de sua influência direta em muitos desses pequenos reinos. (LOMAX, 1984, pp.59-73)

Com a ideia de Reconquista se espalhando pela Europa, o alto clero de Roma começou a participar dessa “Cruzada”. O apoio papal garantia a essas campanhas um caráter sagrado, além de um patrocínio oficial da Igreja, dando privilégios espirituais e temporais a todos os voluntários participantes. Para os papas a Reconquista era um dever religioso, que cabia a todos os cristãos e não somente à monarquia leonesa. Desta forma, o apoio papal, tanto moral quanto econômico e ideológico foi fundamental para os reinos cristãos na Reconquista.

Segundo Lomax, pode-se dizer que a Reconquista cristã foi um sucesso até 1086. Todavia, com a chegada do Almorávidas, e depois, dos Almôadas em 1146, a situação começa a se complicar. Os cristãos haviam conseguido grandes avanços nas conquistas de territórios sob o controle dos muçulmanos, chegando inclusive, a recuperar a antiga capital visigoda, Toledo. Os Almorávidas conseguiram recuperar territórios tomados pelos cristãos, mas assim como os Omeyas, se enfraqueceram devido às disputas internas. Entre os cristãos, Alfonso VII (1126-1157) ao subir ao poder, conseguiu várias vitórias frente aos Almorávidas. Porém, seu reinado foi marcado pela fragilidade de suas fronteiras que foram invadidas pelos muçulmanos que naquele momento estiveram muito próximos de conquistar o reino. O soberano Castelhana-leonês não criou bases firmes de legitimação do poder e logo após a sua morte em 1157, os reinos de Castela e Leão são divididos entre seus dois filhos. Fernando II assume o reino de Leão e Sancho III, o de Castela. Isso levou a uma grande perda aos cristãos, pois com esses reinos divididos os almôadas puderam obter mais vitórias. (LOMAX, 1984, pp.92-98; 101-124)

Enquanto Castela e Leão brigavam entre si, os almôadas realizaram vitórias como a de Alarcos. Uma trégua entre os cristãos só foi ocorrer devido à influência do papa Celestino III (1191-1198), que deu um novo impulso à Reconquista e conseguiu fazer com que Castela afirmasse um acordo de paz com Leão durante dez anos. Porém, devido a uma atitude de Alfonso VIII de Castela, e, por conseguinte, a derrota de Alarcos, Ya'qûb califa dos almôadas atacou Castela, assim como, o fez também Alfonso IX de Leão, que só foi retirado de terras castelhanas em 1196. Essa divisão e conflito entre os reinos cristãos impediam qualquer avanço cristão frente aos muçulmanos, para o desgosto dos papas. Esses, por sua vez, tentavam ao máximo reconciliar os cristãos. Em 1210 o papa Inocêncio III deu a Alfonso VIII todos os privilégios de uma cruzada para que voltasse a atacar os muçulmanos, assim como, a todos que participassem dessa “guerra santa”.

Alfonso VIII, apoiado pelo papa, e inconformado com a derrota de Alarcos, propôs uma nova ofensiva contra os muçulmanos, assim, no primeiro domingo após o dia de Pentecoste do ano de 1212, lançaria uma nova campanha. Inocêncio III, sabendo dessa nova investida ajudou, garantindo indulgências a todos os que participassem, anunciou também que caso Alfonso IX, rei de Leão, se unisse aos muçulmanos ou a qualquer outro rei cristão, esse seria excomungado. O papa os obrigou a colocar de lado as suas diferenças até o término dessa cruzada. Essa batalha mudou a sorte dos cristãos, a vitória em Las Navas de Tolosa concedeu aos cristãos não somente uma conquista sobre os almôadas, mas, o início da vitória definitiva dos cristãos na Península Ibérica. Pois, os quarenta anos que se seguiram a essa batalha se caracterizaram pela fragmentação do império almôada e a anexação desses fragmentos pelos cristãos. (LOMAX, 1984, pp.162-168)

Derek Lomax afirma que com a morte de Alfonso VIII, uma instabilidade política surgiu devido à morte de seu primogênito Enrique I, o direito ao trono passou então à sua filha Berenguela, que renunciou o trono em favor de seu filho Fernando III. Isso descontentou tanto ao pai de Fernando, Alfonso IX rei de Leão, como a poderosa família de Castela, os Laras. Porém, Fernando III consegue aprisionar o chefe dos Lara obrigando-os a aceitá-lo como rei. Com a morte do chefe da família Lara, o seu poder é legitimado em Castela. Por esse reino

Fernando III, faz diversas incursões e obtém inúmeras vitórias contra os muçulmanos, podendo ser considerado um dos maiores conquistadores cristãos durante o período da Reconquista. Porém um problema ainda devia ser resolvido, a desaprovação de seu pai Alfonso IX. Quando esse morreu em 1230, deixou o reino para as filhas de seu segundo casamento, já que o casamento com Berenguela havia sido anulado. Entretanto a mãe de Fernando III conseguiu persuadir as herdeiras ao trono de Leão, em conceder o trono ao seu irmão em troca de uma pensão vitalícia. Desta forma, ocorreu a união de Castela e Leão nas mãos de Fernando III, acabando com os problemas internos entre esses dois reinos formando assim a Coroa de Castela. (LOMAX, 1984, pp.169-175)

Uma das grandes façanhas realizada pelo unificador de Castela e Leão foi a tomada de Córdoba, utilizando esse centro estratégico para suas novas incursões militares. E em seguida o que fecharia o reinado de Fernando III com “chave de ouro” foi a tomada da cidade mais rica da Europa daquele período, Sevilha. (LOMAX, 1984, pp.188-201)

Ainda que brevemente apresentado, podemos perceber alguns elementos frequentes, nesse período de Reconquista. Além do conflito já imaginado entre cristãos e muçulmanos, percebemos elementos frequentes como as relações conflituosas entre cristãos, como o caso entre Alfonso VIII de Castela e Alfonso IX de Leão. Essas variações e conflitos podem ser compreendidos de formas diferentes pela historiografia moderna, separando os inimigos vencidos de acordo com a religião e com o crime que cometeu. Formas essas que passaremos a analisar a seguir.

Historiografia

Nesse momento passamos então, a apresentar as informações acerca das relações entre inimigos na Península Ibérica e como a historiografia moderna apresenta essas relações. A Idade Média hispânica foi em sua maior parte um contexto de confrontação entre reinos, Estados cristãos e muçulmanos em um período de tensão. Nessa época a utilização da violência e do terror foi mais um dos

instrumentos de guerra destinados a amedrontar o inimigo. Após vencê-lo, seu corpo era utilizado de acordo com um amplo leque de convicções religiosas, éticas, jurídicas, cálculos políticos e condições socioeconômicas.

Houve uma separação em dois grandes blocos dos prisioneiros e cativos, os externos – foco de nosso texto – sendo eles os muçulmanos em domínio cristão e vice-versa, e os internos, cristãos que se rebelaram contra o seu próprio reino - os rebeldes - e os que se rebelavam contra sua religião, os hereges. Cada grupo recebia um tratamento diferenciado, de acordo com as ordens jurídicas e todos os outros elementos – já citados – que influenciavam na decisão a ser tomada em relação ao inimigo vencido. (FIERRO; GARCÍA FITZ, 2008, p. 20-21).

De modo geral, a maior parte dos muçulmanos derrotados pelas forças castelhanas – centro de nossa pesquisa – e que se renderam as forças cristãs, não tiveram suas vidas e nem mesmo a sua liberdade comprometida. Porém, em caso de grande resistência aos ataques, havia a formação de um contingente de prisioneiros. Entretanto, dificilmente os cristãos matavam-nos, não tanto por questões morais de preservar a vida de seus inimigos, mas sim por esses se mostrarem mais úteis e rentáveis vivos do que mortos, por três motivos principais.

Primeiramente, os prisioneiros geravam benefícios econômicos. Como exemplo o resgate de prisioneiros nobres rendiam grandes quantias como permutas, assim como mão de obra gratuita fornecida pelos prisioneiros, enriqueciam não somente os seus “detentores”, mas também as autoridades centrais e locais fosse pela cobrança de impostos ou mesmo a retenção de prisioneiros importantes. A segunda forma era a utilização dos muçulmanos aprisionados como a condição necessária para liberar mediante a troca, prisioneiros cristãos. Por fim, tinham uma rentabilidade política, pois, também funcionavam como moeda de troca nas negociações entre os Estados cristãos e islâmicos. (FIERRO; GARCÍA FITZ, 2008, p. 25 e 26).

Nesse momento nos cabe uma ressalva importante, o fato de que inicialmente no âmbito muçulmano o tratamento com os inimigos tendia a ser mais compreensível do que os cristãos, devido ao pagamento da *dimma* e aos pactos analisados anteriormente. Porém, como poderemos observar posteriormente, os

anos de convivência entre essas diferentes culturas fizeram com que ambos os lados se tornassem mais tolerantes. Desta forma, o historiador García Fitz, afirma que os chefes dos reinos de Castela e Leão muitas vezes garantiam a integridade e segurança dos habitantes dos pequenos núcleos urbanos frequentemente sitiados pelos cristãos em busca de expansão territorial, em troca de que essas pessoas abandonassem esses locais e buscassem refúgio em outras terras. Esse tipo de estratégia militar – que será demonstrada na análise da crônica – garantia benefícios para ambos os lados. Para os conquistadores, poupavam tempo, dinheiro, homens e esforço de guerra para tomar esses locais. Quanto aos sitiados possuíam a oportunidade de refazer as suas vidas em outras localidades. (FIERRO; GARCÍA FITZ, 2008, p. 24 - 27).

De acordo com James Brodman (2011), para que ocorra o estudo, acerca dos inimigos medievais, deve-se levar em consideração duas perspectivas. A primeira é a teórica, baseada nas leis e códigos jurídicos que definiam como esses inimigos deviam ser tratados. A segunda perspectiva – a que praticamos nesse texto – é a prática, que mostra como eram tratados os inimigos vencidos em ocasiões que realmente ocorreram, sendo no nosso caso, estudado pela análise de crônicas. (BRODMAN, 2011, p. 203).

A linha que separa a visão teórica da prática é muito tênue. Além do mais, a demonstração da “prática” depende muito da forma como o autor pretende demonstrar os acontecidos para os seus leitores. É de acordo com essa perspectiva “prática” que estudaremos a relação dos inimigos na Península Ibérica, pela a análise da já citada fonte *Crónica Latina de los reyes de Castilla*.

A Fonte

Tendo realizado uma breve explanação do contexto histórico da fonte, assim como, das visões historiográficas a respeito do assunto, é importante que façamos agora uma pequena introdução do documento, procurando explicitar algumas características e elementos fundamentais para a melhor compreensão do texto.

A *Crónica latina de los Reyes de Castilla* fala prioritariamente do Reino de Castela, mais especificamente durante o reinado dos reis Sancho III (1157-1158), Alfonso VIII (1158-1214), Enrique I (1214-1217) e Fernando III (1217-1252). Esse documento, apesar de dar enfoque aos feitos de Castela, não deixou de narrar os acontecimentos além dos Pirineus, enriquecendo a crônica, e demonstrando como o seu autor estava bem informado dos acontecimentos que ocorriam no resto da Europa. Como exemplos a Cruzada Albigense, as Cruzadas de Frederico Barbarrosa, Philipe Augusto e Ricardo coração de Leão. Se o autor se preocupou em narrar esses acontecimentos, demonstra-nos que tinha a ciência de que não estavam isolados na Península, mas que todos os acontecimentos externos estavam ligados a eles.

Sobre o autor da crônica, a historiografia não possui uma certeza de quem a escreveu, entretanto, alguns elementos levam os especialistas a afirmar que foi escrita pelo bispo de Osma, Juan Dominguez. Com a leitura da fonte é possível detectar que seu autor conhece bem os territórios, que possuía acesso aos arquivos do reino e da chancelaria real, assim como, convivia com a família do rei. Desta forma, o eclesiástico teria sido testemunha ocular de vários fatos do qual relata, dando informações que não podem ser encontradas em outras crônicas do período. O autor a escreveu em duas partes, a primeira entre agosto e novembro de 1226, e a segunda entre os anos de 1230 e 1236, períodos em que o rei Fernando III ocupava o trono de Castela.

Por conseguinte, durante a análise da fonte, temos que ter em mente constantemente de que seu autor é um homem da igreja, e de convívio pessoal com a família real de Castela, elementos que influenciaram completamente na sua forma de escrever e de transmitir os fatos.

Explanado então esses diversos elementos preparatórios para a análise da fonte, passamos agora a estudar propriamente a relação com os inimigos na Península Ibérica na *Crónica Latina*.

Liberção, retenção e eliminação dos inimigos.

Primeiramente, iniciamos demonstrando diversos trechos da crônica que o bispo de Osma demonstra as atitudes de tolerância dos cristãos para com seus inimigos.

Durante o cerco de Toledo comandado pelo rei de Castela e Leão, Alfonso VI, o Bravo, foram necessários aproximadamente quatro anos de cerco destruindo as plantações e bloqueando as entradas de suprimentos a ex-capital visigoda, desta forma, os mouros toledanos:

movidos por la virtud divina y con la condición de que les fuera permitido permanecer en la ciudad, retener sus casas y posesiones y que sirvieran como rey, entregaron su ciudad al rey Alfonso, a quien recibieron con honor como rey y señor (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLAC, 1999, p.27).

Percebemos nessa passagem uma “exceção”, pois, como foi demonstramos anteriormente grandes cercos com difíceis resistências levavam a aniquilação e o aprisionamento da população da cidade ou fortaleza, o que não ocorreu nesse caso de assalto a Toledo.

É válido notar como o autor – um bispo – geralmente enfatiza que os inimigos se rendem pela virtude divina, ou mesmo, entregam as suas fortalezas para a honra do senhor Jesus Cristo, o que não podia ser diferente já que se trata de um eclesiástico.

Durante o governo do “rei glorioso” Alfonso VIII, em uma das diversas investidas contra castelos as fortalezas como de Calatrava Nueva e Dueña, o rei foi até o “nobre” castelo de Alcaraz, e por meio da utilização de máquinas de guerra, acabou por expugnar o castelo, e “pela graça de Deus” os muçulmanos se renderam ao rei glorioso, que respeitou as vidas daqueles que ali estavam.

No governo de Fernando III, em outro contexto, o bispo de Osma relata que no ano de 1264 durante o assédio do “fortíssimo” castelo Capilla, após dia e noite de interruptas investidas entregou-se então, essa fortaleza ao rei cristão para “a honra e glória de Nosso Senhor Jesus Cristo”. E o rei por sua parte, guardando

fidelidade aos inimigos mouros suas esposas e filhos, permitiu que esses saíssem com seus bens móveis e foram levados a salvo, como havia prometido.

Temos outros dois casos que o “rei santo” assédio castelos e permitiu a saída de seus moradores com seus bens móveis. Primeiro, durante o cerco e tomada de Úbeda. Após os mouros ficarem sem suprimentos apresentaram a condição de que:

salvas las personas de uno y otro sexo y los bienes muebles que pudieran llevar les fuera permitido salir, entregaron la fortaleza al rey, y obtenido un salvoconducto para ellos, se retiraron hasta el lugar que eligieron (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p.93).

O segundo caso ocorreu no assédio à Iznatoraf, castelo muito bem guarnecido que: “se le entrego en seguida, salvas las personas de los moros y bienes muebles que pudieran llevarse” (Crónica Latina de los Reyes de Castilla, 1999, p.95).

Podemos perceber então que em diversos reinados, a prática de entrar em acordo com o inimigo foi frequente, respeitando os seus bens e liberdade. Lembremos que García Fitz (2008) coloca esses acordos como benéficos para ambos os lados, os cristãos economizando esforços de guerras, e os derrotados podendo reconstruir as suas vidas em outros locais (FIERRO; GARCÍA FITZ, 2008, p. 24-27). Porém nem sempre esses pactos foram possíveis ou cumpridos como veremos adiante.

Durante as expedições militares de Alfonso VIII, após o cerco a Úbeda – é digno de nota que estamos falando de um período anterior ao de Fernando III e o cerco a essa cidade já citado – os mouros se entregaram, e imploraram por suas vidas, o que lhes foi concedido, porém todos eles foram feitos prisioneiros, sendo que o bispo chega a indicar a quantia de dez mil sarracenos, contando homens mulheres e crianças.

Em outro momento, uma briga interna entre nobres cristãos, mais propriamente os Lara e os Haro. O conde Álvaro, da família Lara, e seus irmãos durante a disputa com os outros nobres cristãos, invadiu diversas cidades como Tardajos, Cerezo e por fim chegaram a Belorado, e ali ao entrarem roubaram o

máximo de bens que encontraram, mataram alguns de seus habitantes, feriram a outros e colheram ali diversos prisioneiros. Essa foi uma situação entre cristãos, porém a análise dessas informações merece uma atenção especial. Pois os Lara foram duramente criticados pelo autor da crônica, devido aos seus atos contra a coroa de Castela. (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p.69 e 70)

O outro acontecimento já se passa durante o governo de Fernando III, na tomada da vila de Quesada, e ao encontrarem-na cheia de riquezas, espoliaram todos os seus bens e levaram diversos cativos homens, mulheres e até mesmo grávidas. Assim também ocorreu durante o cerco de Priego e Loja, após vários dias de assédio, as expugnaram roubando todos os bens e matando milhares de mouros e fazendo muito cativos. Sendo o motivo da fúria, a dificuldade de vencer a cidade de Jaén. (CRÓNICA LATINA DE LOS REYES DE CASTILLA, 1999, p.76 a 78)

Considerações Finais

As idas e vindas nos acontecimentos durante a nossa análise da fonte, segue um propósito, levar-nos a refletir acerca do tratamento dado pelos cristãos a seus inimigos em diferentes momentos. Percebemos que reis como Fernando III e Alfonso VIII, ora prezavam pela vida e liberdade de seus inimigos e em outros momentos não agiam dessa forma.

Como analisamos, a liberação dos inimigos seguia propósitos estratégicos como: a geração de benefícios econômicos, a troca de prisioneiros e a rentabilidade política da utilização dos cativos como moeda de troca com os governos muçulmanos. No entanto, não podemos reduzir todo um complexo sistema de relações sociais a questões econômicas, racionais e estratégicas. Devemos levar em consideração que durante um cerco e após a vitória diversos elementos influenciavam na forma de tratar o inimigo. Questões econômicas, mas também as de convívio que ambas as religiões passaram a perpetuar desde o século VIII. Assim como, as questões jurídicas e morais de cada período. Por fim, se sabe que o controle dos homens em meio a uma guerra é algo difícil, podendo ter ocorrido

tratamentos que fugiram ao controle de seus governantes em meio à expugnação de uma fortaleza ou cidade.

O que podemos concluir em nossa análise é que a forma como o cronista relata os acontecimentos, e a análise da historiografia relativa às relações entre cristãos e muçulmanos, leva-nos a perceber que havia uma tolerância considerável entre cristãos e islâmicos, não na busca por tratados de paz permanentes, mas, a busca pelo respeito à vida dos inimigos vencidos.

Referências Bibliográficas

BREA, Luis Charlo (Org.). **Crónica Latina de los Reyes de Castilla**. Madrid: Akal Ediciones, 1999.

BRODMAN, James W. **Captives or Prisoners: Society and Obligation in Medieval Iberia**. Anuario de Historia de la Iglesia, vol. 20, (2011) pp. 201-219 Universidad de Navarra, Pamplona, España. Disponível em: <http://www.medievalists.net/2012/06/17/captives-or-prisoners-society-and-obligation-in-medieval-iberia/> Acesso em: 01/08/2012

FIERRO, M; GARCÍA FITZ, F. (Ed.). **El cuerpo derrotado: cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos** (Península Ibérica, S. VII-XIII). Madrid, 2008.

GARCÍA FITZ, F. **Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea**. Madrid: Arco Libros, 1998.

LOMAX, Derek. **La Reconquista**. Barcelona: Crítica. 1984.

TUDELA VELASCO, M. I. P. **La consideración ética de La guerra y El uso de La violencia en la España Medieval**. vol. 30, 2007, Pg. 7-25. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM0707110007A> Acesso em 01/08/2012.

VERBRUGGEN, J. F. **The Art of Warfare in Western Europe During The Middle Ages**. Woodbridge, Suffolk: The Boydell Press, 1998.